

## ANTIGAS CARTAS MARÍTIMAS E TERRESTRES

A representação da organização do espaço faz-se através do “mapa” desde há muitas centenas de anos. Os exemplos que nos chegaram da Mesopotâmia, do Egito ou da América antes do contacto com os europeus são as provas do interesse em comunicar ao Outro a estrutura e as características de um território e mesmo a conceção do Mundo.

Entre os notáveis mapas existentes no Arquivo Distrital e na Biblioteca Pública de Braga, um dos primeiros modelos cartográficos impressos é a da Terra tripartida medieval (Europa-Ásia-África), como surge repetidamente nas cópias das *Etimologias* de Santo Isidoro de Sevilha, ora se resumindo ainda mais em esquemas simples de T-O, que povoam as iluminuras ou os incunábulo, ora se ampliando com elaborados detalhes de cadeias montanhosas, cidades e seus habitantes ou ilhas imaginadas. Tendo como base a narrativa bíblica, na sua elaboração é deixada ao pintor alguma margem de liberdade e criação. Entre os manuscritos ou na produção impressa, as silhuetas apenas esboçadas do Mundo ou de um país, servindo aparentemente de mera ilustração significam, contudo, conhecimento e posse de territórios e mesmo pretensões expansionistas e colonizadoras.

O mapa apresenta-se como particular símbolo de poder, seja o político e diplomático, o militar ou o eclesiástico. Todos recorrem invariavelmente à História, em busca de modelo inspirador ou explicação do presente, herança que glorifica as Nações e credibiliza os Estados. A relação entre espaço e tempo, entre Geografia e História é singularmente estreita: “Como a Geografia, e a Chronologia são os dous olhos da Historia, he preciso que todos os Escretores se conformem nellas pelas muitas opinioens, em que se dividem os Authores, nos cálculos, e épocas do tempo, e nas alturas, e situações dos lugares. Estas devem examinar em todas as memorias os Academicos destinados para a Geografia, assim nas divisões da antiga Lusitania, como nas observações Astronomicas, e distancias itinerárias.” - diz-se no *Systema da Historia Ecclesiastica, & Secular de Portugal, que há de escrever a Academia Real da Historia Portugueza*, em 1720. Daqui resultarão as polémicas entre “antigos e modernos”, entre eruditos académicos e empreendedores engenheiros, e resultarão, também, tanto mapas de gabinete como levantamentos topográficos de campo.

A arte da guerra ou os itinerários marítimos não podem estar presos ao discurso barroco. Os mapas produzidos com o objetivo de preparar uma batalha ou planear uma viagem implicam necessariamente escalas detalhadas e figurações precisas e concretas dos fenómenos em análise. Já dissera Francisco de Holanda em meados do século XVI: “Serve o debuxador na guerra grandíssimamente para mostrar em desenho o sítio dos lugares apartados e feição das montanhas e dos portos, assim o das serras, como os das baías e portos dos mares, para a feição das cidades e fortalezas altas e baixas, as muralhas e as portas e o lugar delas, para mostrar os caminhos e os rios e as praias e as lagoas e pauis [...] tudo isto de outra maneira será mal entendido, e no debuxo e desenho muito claro e inteligível, o que tudo são cousas grandes nas empresas da guerra, e que grandemente fazem e ajudam estes desenhos do pintor aos propósitos e desenhos do capitão”.

Os capitães de terra ou mar não prescindem assim dos seus croquis e plantas, vistas e mapas. Muitos destes, preparadores das campanhas bélicas e das empresas de conquista e colonização, serão mais tarde chamados da tranquilidade dos arquivos para a mesa das negociações onde se partilham e disputam cidades, regiões e continentes.

Afirma o 2º Visconde de Santarém em 1851, no quadro da repartição de territórios da África ocidental, entre as potências coloniais europeias: “...possuindo Portugal muitas Colonias na Africa, na Asia, e no Mar Atlantico, proximas dos estabelecimentos das grandes Potencias maritimas, outras em posição que ellas nos disputam, ou poderão de futuro disputar-nos, os unicos meios que temos de provar os nossos direitos, e de advogar a nossa justiça perante ellas e perante o mundo, consistem na produção dos documentos e titulos de irrefragavel autoridade, que atestem a prioridade do descobrimento, conquista e posse deles [...] Entre as provas destes direitos as mais genuinas e importantes são: 1º as antigas cartas maritimas e terrestres anteriores e posteriores aos nossos descobrimentos; 2º a combinação das mesmas cartas com os textos das relações dos descobridores, e dos que escreveram sobre estas materias”.

Os resultados destas decisões políticas, militares e diplomáticas chegarão ao “grande público” também através dos mapas, quer os de divulgação e propaganda, quer os difundidos pelo

ensino nas escolas. A formação do cidadão do Estado moderno passa pela tomada de consciência da sua pertença a um território, que se apreende observando um mapa. O que só é possível pela multiplicação dos exemplares cartográficos através da imprensa. A transformação do documento único, precioso e muitas vezes secreto, que é o mapa manuscrito, para a cópia multiplicada e possível de possuir por preço acessível, revoluciona a própria imagem cartográfica. O mapa do rei está agora ao alcance de quase todos.

Dada a abrangência temporal da coleção de mapas impressos da Biblioteca Pública de Braga, compreendida entre os finais do século XV e o princípio do século XX, torna-se possível acompanhar as principais etapas da evolução da ciência e da técnica de gravação e de impressão de mapas.

Assim, as imagens mais antigas, datadas dos séculos XV e XVI, foram gravadas com recurso à xilogravura, que não permitia grande definição na composição das imagens, geralmente, de menores dimensões. Esta fase coincidiu com o período das grandes viagens de descoberta marítima, pelo que, os mapas que mostravam as novas terras habitadas foram completados com abundante informação sobre a fauna, a flora e os costumes dos povos. Foi assim com o primeiro mapa impresso do Brasil, provavelmente da autoria de Giacomo Gastaldi, mas divulgado em meados do século XVI na obra de Giovanni Battista Ramusio *Navigazione e viaggi*, e que apresenta ampla iconografia sobre o Brasil, contribuindo para a construção da imaginação geográfica europeia sobre os povos da América.

Entre meados do século XVI e o início do século XIX, primeiro em Itália mas rapidamente divulgada por toda a Europa, desenvolveu-se uma nova técnica de gravação e de impressão de mapas, recorrendo a chapas de cobre. Esta inovação permitia um traço mais fino e mais preciso, possibilitando maior detalhe na figuração de fenómenos como o relevo ou a vegetação, originando imagens mais apelativas e definidas, e fundamentalmente, mais adequadas aos preceitos da “Revolução Cartográfica”, enquanto parte da Revolução Científica dos séculos XVII e XVIII.

As novas descobertas, já não marítimas, mas decorrentes de grandes viagens de exploração do interior dos continentes, foram divulgadas através de mapas que, em nome do rigor científico, já não continham imagens de pessoas ou animais mais ou menos fantasiosos. No seu lugar foram surgindo misteriosos espaços em branco, grandes vazios territoriais que só a partir da segunda metade do século XIX foram preenchidos. Este período correspondeu, também, ao desenvolvimento da cartografia comercial, difundida a partir dos principais centros de produção europeia, situados nos Países Baixos, mas progressivamente estendendo-se a outras cidades como Paris ou Londres.

Estes mapas circulavam integrados em livros de Geografia, corografias ou relatos de viagens, bem como em atlas ou sob a forma de folha solta e, não obstante serem criticados pela aparente falta de rigor e de cientificidade, foram responsáveis pela divulgação da expansão geográfica europeia, junto de um público cada vez mais alargado.

A partir do século XIX, novas técnicas de gravação e de impressão foram aplicadas com sucesso na produção cartográfica: a litografia, que em Portugal permitiu a gravação das folhas do primeiro levantamento topográfico nacional, com muito maior rigor e precisão no traço; a impressão a partir de chapas de metal mais resistentes do que as de cobre, como o aço, que possibilitaram a impressão de um maior número de exemplares; o uso da fotografia, a partir de finais de Oitocentos, que levou à aplicação de técnicas fotomecânicas na impressão, contribuindo para o declínio da produção artesanal e impulsionando as modernas técnicas de gravação e de impressão. Toda esta evolução não pode ser dissociada das inovações introduzidas na produção de papel, que tornaram o processo de edição de mapas cada vez mais rápido e com menor custo e os documentos acessíveis a públicos mais vastos e diversificados.

### **João Carlos Garcia**

Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia da Universidade de Lisboa

### **Luís Miguel Moreira**

Departamento de Geografia da Universidade do Minho  
Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa